

O ESTADO DE SÃO FRANCISCO: UM SONHO REGIONALISTA NORTE-MINEIRO

Laurindo Mékie Pereira¹ - UNIMONTES/PPG-USP

A presente comunicação é parte de uma reflexão maior que estamos realizando acerca da questão regional no norte de Minas. Conforme divisão territorial do IBGE, de 1997, o norte de Minas é umas das 12 mesorregiões do Estado de Minas Gerais. A mesorregião é um conjunto de microrregiões dentro de uma unidade federativa, e uma microrregião é um conjunto de municípios¹.

O norte de Minas reúne 89 municípios, distribuídos em sete microrregiões: Bocaiúva, Grão-Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas. Trata-se de uma área de "transição entre o domínio do cerrado e da caatinga. Ocorre, portanto, o predomínio do clima tropical semi-úmido, com incidência de aridez em determinados trechos".² Segundo o censo de 2000, cerca de 1.473.367 pessoas vivem no norte de Minas, sendo mais de 300 mil em Montes Claros, principal centro urbano da região. Do ponto de vista social, o perfil da região coloca-se a meio caminho do Nordeste e do Sudeste, configurando-se, também nesse âmbito, como uma área de transição³.

A região se formou, do ponto de vista econômico, baseada nas atividades agropecuárias. A partir da década de 1960, em virtude dos incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE –, desenvolveu-se um núcleo industrial em Montes Claros, principal centro político e econômico regional.

Concomitante aos processos de industrialização e urbanização, ganhou força a mobilização das elites norte-mineiras em defesa do que apresentavam como os "interesses da região". Os momentos de maior efervescência desse regionalismo ocorreram nos anos de 1967-1968, 1986-1987 e em 2001-2002, quando se propôs a criação de um Estado autônomo na região.

¹ Doutorando em História pela Universidade de São Paulo. Orientadora: Profa. Dra. Raquel Glezer. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES. Bolsista da FAPEMIG

Quando nos referimos aos conceitos de região e regionalismo, servimo-nos, em larga medida, das definições de Iná de Castro. O regionalismo, diz a autora, "é a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial." E a região constitui-se pelas "práticas sociais em um território", se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos", é "a base territorial para a expressão do regionalismo"⁴.

Nossas reflexões acerca da questão regional no norte de Minas indicam que, desde meados do século XIX, já existia uma problemática e um discurso regionalista nessa região. Mas foi na década de 1960 que esse movimento adquiriu uma perspectiva mais agressiva, culminando em propostas autonomistas. Em 1962, num contexto de grave seca, os prefeitos da região já cogitavam quanto à possibilidade de criação de um novo Estado no norte de Minas.⁵ Mas foi em 1967 que surgiu, concretamente, uma proposta nesse sentido. Nesse ano, discutia-se no Congresso Nacional, uma ampla redivisão político-administrativa do território nacional. A proposta de criação do Estado de Cabrália, reunindo o norte, noroeste de Minas, vale do Jequitinhonha e o sul da Bahia, surgiu no bojo dessa discussão. No dia 18 de outubro de 1967, o deputado Teófilo Pires, de Montes Claros, fez um longo discurso na Câmara, defendendo uma ampla redivisão territorial do país, sendo apoiado pelo deputado capixaba Floriano Rubin que já vinha estudando o assunto. Os dois deputados argumentavam que a velha organização territorial estaria obstruindo o desenvolvimento e colocando em risco a segurança do país⁶.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara recebeu o projeto de Floriano Rubin no dia 15 de novembro de 1967. O projeto propunha a criação de cinco novos estados: Mato Grosso Meridional, Goiás Setentrional, Minas Gerais Ocidental, Maranhão Ocidental e Cabrália. A discussão do projeto no Plenário começou no dia 28 de novembro do mesmo ano⁷.

Enquanto o projeto tramitava e os debates se desenrolavam no Congresso Nacional, as elites norte-mineriras organizavam-se em Montes Claros para "emancipar a região". O

"Projeto Cabrália" foi discutido na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 10 de janeiro de 1968, tendo recebido apoio unânime dos vereadores. A moção "de aplausos e irrestrita solidariedade aos idealizadores do novo Estado de Cabrália" foi fundamentada nos seguintes motivos:

1º) Constitui um grande vazio a região nortemineira – área mais subdesenvolvida de Minas – situada nos mesmos paralelos entre a nova capital, Brasília e o Atlântico, (...) razão pela qual há motivos de imperiosa necessidade desenvolvimentista decorrente da própria segurança nacional

2º) Somente a área abrangida pelos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas apresenta o seguintes dados:

Área dos 42 municípios: 120.692 km

População dos 42 municípios: 951.577 habitantes

Habitantes por km²: 7,8

Que só a aludida área (120.692 Km²) é superior à área de 9 Estados da Federação (...)

Que só a área dos 42 municípios do Polígono das Secas de Minas, apresenta grandes reservas de minérios (...) que devem ser aproveitadas na industrialização local e exportação – exigindo como necessidade elementar a remodelação da Estada de Ferro Bahia-Minas (...)

4º) A existência na região norte mineira da Jaíba – grande zona de terras devolutas de 310.000 ha (...) inteiramente abandonada pelo poder público estadual. (...)

Urge dinamizar a Jaíba, principalmente, com os apreciáveis recursos da SUDENE.

5º) Imperiosa necessidade de um governo autêntico para com as nossas características regionais capaz de propiciar um dinâmico e inteligente entrosamento com órgãos federais visando o estabelecimento de estruturas básicas de desenvolvimento. (...)

6º) Louva enfim a Câmara Municipal de Montes Claros a feliz oportunidade de uma nova divisão político-administrativa (...) para o equacionamento e soluções de problemas que se eternizam, trazendo para o espírito do povo a esperança, já quasi perdida, de melhores dias em um futuro próximo.

7º) Ressalta, finalmente que decide aprovar o presente movimento separatista, por consultar a um imperativo nacional e cristão, e por considerar que a própria paz mundial, segundo a Encíclica de S.S. Paulo VI, é o desenvolvimento dos povos⁸. (Grifos no original)

Os argumentos dos vereadores estavam perfeitamente afinados com o conteúdo e justificativa do projeto do deputado Floriano Rubin, principalmente no que tangia à ênfase no item "segurança nacional". Além da segurança nacional, os vereadores ressaltavam a extensão, a demografia e a abundância de recursos subaproveitados da região. Apesar de

seu potencial, os edis identificam o norte de Minas como a "mais subdesenvolvida região de Minas".

Ora, uma vez afirmado o potencial existente e a realidade subdesenvolvida, a culpa recai sobre o governo estadual e a solução, por conseguinte, só pode ser encontrada na separação. É notável também a crítica dura que os vereadores faziam ao governo de Minas Gerais. Isso é significativo porque as boas relações com Belo Horizonte e a capacidade de tirar proveitos dessas relações foram uma constante na história regional.

O manifesto da Câmara de Montes Claros era significativo porque tratava do posicionamento da mais importante cidade do Novo Estado, a qual, como se propunha, seria a Capital. Mas foi de dentro da Associação Comercial e Industrial que surgiu um movimento organizado para dar sustentação ao Projeto Cabrália. No dia 31 de janeiro de 1968, foi fundada a União para o Desenvolvimento Econômico do Interior de Minas e Bahia – UDEIMB. A UDEIMB era uma sociedade civil. Foi registrada no Registro de Pessoas Jurídicas de Montes Claros, nas folhas 416-421 do livro A-1, e publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, no dia 14 de maio de 1968⁹.

Segundo os seus Estatutos, a UDEIMB representava as "forças vivas da região", tendo como objetivos o "desenvolvimento econômico-financeiro e social do norte de Minas, bem como o do sul da Bahia"¹⁰. Embora seus Estatutos não falassem em separatismo, esse propósito era expressamente declarado nas correspondências da entidade. A UDEIMB propunha-se a atuar em parceria com o poder público, por isso teria, como associados, as prefeituras e câmaras e municipais, além de entidades de classe, clubes de serviço, sindicatos, imprensa, lojas maçônicas e instituições religiosas.

Quem seriam as "forças vivas" que a UDEIMB dizia representar? Conforme logotipo da entidade, sua sede localizava-se na Rua Carlos Gomes, 110, no centro de Montes Claros, justamente na ACI, entidade que reunia a elite comercial e industrial da cidade. A comissão provisória da UDEIMB tinha a seguinte composição: Presidente: Corbiniano Rodrigues de Aquino; 1º Vice: Simeão Ribeiro Pires; 2º Vice: José Prudêncio de Macedo; 3º Vice: Otoni José da Cunha; Secretário Geral: Francisco José Pereira, 1º Secretário:

Ubaldo Assis; 2º Secretário: José Luiz Caser; 1º Tesoureiro: Romeu Silva Soares e 2º Tesoureiro: Zeferino de Oliveira Guedes. Corbiniano de Aquino e Ubaldo Assis eram grandes comerciantes e líderes da ACI. Assis foi presidente da ACI no período de 1958-1963 e Aquino, no período de 1969-1973. Simeão Ribeiro era vereador e industrial, já tendo sido prefeito do município; Francisco José Pereira, vereador à época, era advogado e fazendeiro.

A UDEIMB reunia, portanto, as lideranças da elite comercial e industrial local. Vê-se, pois, que UDEIMB, Câmara e ACI formavam a tríade institucional do movimento separatista no município.

A documentação acerca da UDEIMB é escassa. A última ação da UDEIMB de que temos documentos foi o convite dirigido à imprensa local e lideranças regionais para uma Assembléia Geral no dia 28 de setembro de 1968 para a eleição da diretoria para o ano seguinte. O projeto do deputado Floriano Rubin foi discutido no plenário da Câmara Federal pela última vez, ao que tudo indica, no dia 10 de outubro de 1968 e foi arquivado no dia 01 de abril de 1971.

Em 1986, quando a região, especialmente o município de Montes Claros, já havia sido incorporado ao campo de atuação do capital monopolista, processo em grande medida impulsionado pela SUDENE, o regionalismo emergiu com mais vigor no norte de Minas. Nesse sentido, pode-se dizer que a história da região contraria a tese segundo a qual a modernização econômica traria consigo o fim das regiões.¹¹ No caso em estudo, o regionalismo emergiu com mais vigor exatamente após a industrialização urbana e o desenvolvimento de relações capitalistas de produção no meio rural.

O sonho separatista renasceu no início da década de 1980, materializando-se em uma emenda constitucional apresentada na Assembléia Nacional Constituinte em 1987.

Nos dias 22 e 23 de maio de 1986, sob a liderança dos professores Alfredo Dolabela e Expedito Mendonça, foi realizado o "Fórum de Debates dos Prefeitos das Regiões NO, N, NE de Minas Gerais e Sul da Bahia". O evento, organizado pela FADEC-FUNM (Faculdade de Administração e Economia - Fundação Universidade Norte de Minas), contou com o

auxílio da AMAMS (Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE), Sociedade Rural, ACI e OAB.¹²

Ao final do evento, foi elaborada a "Carta de Montes Claros", uma declaração de princípios que norteariam o movimento separatista. Em 11 pontos, os signatários do documento denunciavam o crítico quadro social da região, o seu abandono pelo governo estadual, a falta de representantes regionais na administração estadual e a "gula do Fisco". No 11º item, o texto denuncia a desigualdade da renda *per capita* e a má distribuição dos recursos públicos:

Pelo Censo de 1980, o plano de divisão de rendas, constata-se contrastes chocantes. A renda 'per capita' da região do Estado de São Francisco (NO, NE e N de MG) girava em torno de US\$ 392,00 contra US\$ 1.540,00 do restante de Minas Gerais, podendo-se concluir que, de cada CZ\$ 4,00 de renda gerada no Estado de Minas Gerais, CZ\$ 3,00 vão para o Sul, enquanto apenas CZ\$ 1,00 vai para o Norte¹³.

Após o diagnóstico, o documento propõe o remédio: "decidimos pelo desmembramento da região mineira acima do paralelo 18º para, juntamente com o Sul do Estado da Bahia, constituir no Estado de São Francisco, uma nova unidade de República Federativa do Brasil". Com o novo Estado, esperava-se, ter: a) um governo próprio, voltado exclusivamente para seus problemas, b) planos de desenvolvimento próprios, c) uma Universidade Federal, d) a Zona Franca de Porto Seguro, e) "o novo Estado volta as suas origens, passa a integrar a região Nordeste do país. Seus Municípios passarão a gozar de todos os benefícios, incentivos e isenções da SUDENE (...)" (Grifos nossos)¹⁴

O projeto de criação do Novo Estado foi apresentado no Congresso Nacional pelo deputado Humberto Souto – Emenda 2B0022-8. A emenda foi defendida pelo economista Expedito Mendonça no Plenário, no dia 01 de setembro de 1987. O projeto apresentado ao Congresso, além dos detalhes de ordem organizacional e jurídica, é uma reprodução fiel dos escritos de Expedito Mendonça e da "Carta de Montes Claros". A criação do Estado de São Francisco viria acompanhada de seis grandes projetos/diretrizes a serem implementados/seguidos pela União no novo Estado: a) todo o Estado ficaria incluído na

área da SUDENE, b) seria criada a Universidade Federal do Estado de São Francisco, c) seria criada a Zona Franca de Porto Seguro, d) seria construído um porto com grandes proporções em Porto Seguro, e) seria construída a Ferrovia Trans-São Francisco, ligando Brasília (DF)-Montes Claros-Porto Seguro e f) a União destinaria, nos dez anos seguintes, 7,5 bilhões de cruzeiros para financiar as despesas de implantação do novo Estado e seu desenvolvimento.

O maior obstáculo ao projeto São Francisco foi o Palácio da Liberdade. Mobilizando a bancada mineira e deputados de outros Estados, o então Governador Newton Cardoso derrotou o projeto antes que ele fosse a votação no plenário.

O movimento separatista renasceu no ano de 2000, sob liderança do então prefeito de Montes Claros Jairo Ataíde Vieira, contando com o apoio direto das mais importantes entidades representativas das elites econômicas e políticas da região: ACI, AMANS, AVAMS (Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE) Prefeitura de Montes Claros, Lojas Maçônicas e outras.¹⁵

Em junho de 2002, o deputado Romeu Queiroz apresentou, à Câmara Federal, o projeto de convocação de plebiscito sobre a criação do Estado de Minas do Norte, reunindo as regiões norte, noroeste e os vales do Jequitinhonha e Mucuri.¹⁶

Conforme destacam estudiosos do regionalismo, como Ann Markusen, Iná de Castro e Sandra Lencioni¹⁷, a mobilização regionalista pode ser conservadora ou progressista, pode fazer avançar projetos sociais e distributivos ou mesmo revolucionários, mas também pode frear os processos de mudança, reforçar relações e estruturas de poder. No caso em análise, a mobilização regional no norte de Minas, especialmente em suas iniciativas separatistas, enquadra-se, perfeitamente, no segundo "modelo".

Nas três mobilizações, 1967-1968, 1986-1987 e 2000-2002, o movimento foi organizado e liderado pelos grupos dirigentes e/ou por seus intelectuais, no sentido gramsciano do termo. Em nenhum dos projetos houve qualquer participação de lideranças e/ou entidades representativas dos segmentos populares, também inexistiu qualquer

perspectiva de modificações mais avançadas nas estruturas sociais e econômicas da região.

Por sinal, a colocação dos problemas regionais isolada do restante da dinâmica nacional e internacional é, seguramente, o traço mais característico dessa ideologia. Ao fazê-lo, as elites regionais objetivavam difundir a idéia segundo a qual as "mazelas do norte de Minas" seriam, fundamentalmente, fruto de uma divisão político-administrativa inadequada, retirando o foco da grave concentração de renda e poder que caracteriza a estrutura sócio-econômica da região e do país.

Notas

-
- ¹ MINAS GERAIS. **Divisões territoriais adotadas pela administração pública do Estado de Minas Gerais.**
- ² PEREIRA. A urbanização no sertão norte-mineiro: algumas reflexões. In: ALMEIDA, Maria Ivete; PEREIRA, Anete Marília (Orgs). **Leituras geográficas sobre o norte de Minas Gerais.** Montes Claros: Unimontes, 2004, p. 15.
- ³ Idem e OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). **Formação social e econômica do norte de Minas.** Montes Claros: Unimontes, 2000.
- ⁴ CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria da Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.) **Integração, região e regionalismo.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 155-169, p. 164-165.
- ⁵ Norte de Minas caminha para a revolução. **Revista Encontro,** Montes Claros, p. 8-13, fev. 1962. Segundo a reportagem, a miséria grassava pelo norte de Minas. Cidades, como Salinas, tinham 85% da população analfabeta, alguns distritos tinham 97% das pessoas infectadas pela esquistossomose e o prefeito de Monte Azul diz que "*há gente passando fome*" em toda a região.
- ⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Teófilo Pires. **Divisão Territorial do Brasil.**
- ⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputado Floriano Rubin. Disponível em www.camara.gov.br.
- ⁸ MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. APMC-DPDOR, p. 2-4.
- ⁹ MINAS GERAIS. **Diário Oficial,** 14 maio 1968, p. 26.
- ¹⁰ UDEIMB. **Estatutos.** 31-01-1968, Título I, Art. 1º e 2º.
- ¹¹ Essa tese de Francisco de Oliveira foi extremamente divulgada e aceita ao longo das décadas de 1970 e 1980. Cf. OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião:** Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- ¹² FÓRUM DE DEBATES DOS PREFEITOS. Panfleto. Maio de 1986 e **Jornal de Montes Claros.** Montes Claros, 22 maio de 1986.
- ¹³ Carta de Montes Claros. **Diário de Montes Claros.** Montes Claros, 25 maio 1986
- ¹⁴ Carta de Montes Claros. **Diário de Montes Claros.** Montes Claros, 25 maio 1986.
- ¹⁵ VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado.** Montes Claros, 2001.
- ¹⁶ BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Decreto Legislativo Nº 2095 de 2002. Deputado Romeu Queiroz. Disponível em www.camara.gov.br
- ¹⁷ CASTRO, Iná. Op. Cit., LENCIONI, Sandra. **Região e geografia.** São Paulo: Edusp, 2003, MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates.** São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.